



COMO OS DOMINANTES DOMINAM: O CASO DA BANCADA RURALISTA

*How the dominants can dominate:
the case of the brazilian rural parliamentary group*

Ivete Simionatto¹
Carolina Rodrigues Costa²

RESUMO

Uma das questões necessárias para que as correlações de força sejam alteradas e a classe trabalhadora possa conquistar a hegemonia, tornando-se dirigente, é buscar a compreensão de como os dominantes dominam, suas ideologias, formas de ação e criação de consensos. O presente artigo tem como objeto o estudo das formas de atuação da Bancada Ruralista no Congresso Nacional brasileiro e, como escopo, analisar como são organizados e representados, no âmbito do Parlamento, os interesses particulares da classe dominante. A pesquisa realizada por meio de análise documental indica que na atuação da Bancada Ruralista ocorre a prevalência de um projeto que beneficia os setores mais capitalizados da sociedade, os quais se utilizam do Estado como meio de cooptação de lideranças políticas para fortalecer o poder das classes dominantes, consolidando, mediante a prática do transformismo, a “hegemonia da pequena política” e a neutralização das classes subalternas.

PALAVRAS-CHAVE

Hegemonia. Pequena política. Bancada Ruralista.

¹ Dra. em Serviço Social, Pós-Doutorado em Florença na Itália. Docente da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: <isimion@mbox1.ufsc.br>.

² Mestranda UFSC. E-mail:<carol_costa2@yahoo.com.br>.

ABSTRACT

One of the necessary issues in order to change the correlation of forces so the working class can gain hegemony and become ruling, is seeking the understanding of how the dominant classes dominate, their ideologies, forms of action, and the creation of consensus. This article has as its object of study the actions of the Brazilian Rural Parliamentary Group in Brazil's National Congress, analyzing how the interests of the dominant classes are organized and represented in the Brazilian Parliament. The research, conducted through document analysis, indicates that there is the prevalence of a project that benefits the most capitalized sectors of the society in the actions of the Brazilian Rural Parliamentary Group, which uses the State as means to coopt political leaderships in order to strengthen the power of the dominant classes, consolidating, by the practice of transformism, the "hegemony of low politics" and the neutralization of the subaltern classes.

KEYWORDS

Hegemony. Small politics. Rural Parliamentary Group.

Submetido: 12/6/2012

Aceito: 29/8/2012

1 INTRODUÇÃO

A grande marca do mundo rural brasileiro sempre foi, e continua sendo, além da concentração fundiária e de renda, a permanência e reprodução de uma mesma classe dominante no poder. Durante todo o Período Colonial, a política econômica agrária esteve voltada para os mercados externos, com o predomínio da cultura de açúcar e, posteriormente, de café, sendo o governo português responsável pela manipulação das taxas de câmbio e pela compensação dos produtores em situações de crise. A independência não alterou tal situação; a Lei de Terras de 1850, ao promover a transformação da terra em mercadoria, sacramentou nossa vocação para o latifúndio e, inevitavelmente, para a desigualdade. O acesso às estruturas estatais, garantido pela posição ocupada dentro do bloco dominante, permitiu aos setores ruralistas a cristalização de seu domínio político-econômico, afastando qualquer possibilidade de transformação radical da estrutura agrária brasileira. O surgimento da Bancada Ruralista no Congresso Nacional é mais uma demonstração de como os

grupos dominantes utilizam-se do espaço do Estado para perpetuar-se no poder.

As bancadas temáticas existentes no Congresso Nacional brasileiro são organizações que, para além dos partidos políticos, representam o interesse de setores específicos da sociedade. A representação de interesses está relacionada ao campo da política e nos remete à compreensão do papel e da natureza do Estado, ou seja, de como as políticas são formuladas e, consequentemente, de como se dá a disputa da hegemonia. Retomamos aqui três questões apontadas por Coutinho (1989, p. 47) que nos parecem extremamente elucidativas para pensar os processos políticos:

Como os interesses são representados?
De quem são os interesses representados?
Qual a justificativa para representar interesses

A inserção de interesses no âmbito da esfera estatal é resultante do embate entre as classes em disputa pela hegemonia. O Estado é concebido por Gramsci (2000b, p. 42) de modo dinâmico e processual, “[...] como contínua formação e superação de equilíbrios instáveis [...] entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados”, interesses que “[...] implicam-se reciprocamente [...] horizontal e verticalmente”, de acordo com a organização econômica e política de cada Estado-nação (SIMIONATTO, 2009, p. 42). Aponta, ainda, o pensador italiano que o Estado é constituído por “[...] todo o complexo de atividades práticas e teóricas com os quais a classe dirigente não só justifica e mantém o seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” (GRAMSCI, 2000b, p. 331). A formação do consenso tem como *locus* a sociedade civil, espaço de disputa entre projetos de classe e lugar de elaboração da hegemonia. Conforme escreve Portelli (1977, p. 32), “[...] não existe sistema social em que o consentimento seja a base exclusiva da hegemonia, nem Estado em que um mesmo grupo possa, somente por meio da coerção, continuar a manter de forma durável a sua dominação”.

Hegemonia e coerção “[...] coexistem no tempo e no espaço, como componentes da ‘supremacia’ de uma classe que passa a ser dirigente sem deixar de ser ‘dominante’ (isto é, dotada de po-

der coercitivo)” (CAMPIONE, 2003, p. 52). O autor completa que esta classe, no entanto, “[...] exerce seu poder sobre um espaço social mais amplo que o dos aparatos estatais formalmente reconhecidos como tais, dando lugar à configuração de uma sociedade em que [...] há democracia na relação com alguns setores sociais e ditadura em face a outros”. Assim, a hegemonia é “[...] ao mesmo tempo direção ideológico-política da sociedade civil e combinação de força e consenso para obter o controle social” (ACANDA, 2006 p. 178). Na sociedade capitalista, a burguesia organiza o consenso (ativo e passivo) dos dominados mediante a disseminação de normas e valores, com grande incidência no terreno cultural, espaço de formação de subjetividades e formas de pensar que incidem na construção da hegemonia.

Estado e sociedade civil são, para Gramsci, esferas situadas na superestrutura e atravessados pela luta de classes, existindo, conforme expressa Liguori (2007, p. 29) sempre uma disputa “[...] entre duas hegemonias”. A dialética entre tais esferas “[...] é real, aberta, e o resultado não é predeterminado”. Se o “Estado é instrumento (de uma classe)”, é, “[...] ao mesmo tempo, lugar (de luta pela hegemonia) e processo (de unificação das classes dirigentes)”, desta forma, “[...] é possível criar momentos de contra-hegemonia [...]” mediante o protagonismo das classes subalternas. Para Gramsci (2001), não há, portanto, uma separação orgânica entre a sociedade civil e a sociedade política, embora alerte para o caráter ambivalente de certas instituições, como, por exemplo, o Parlamento. As análises de Magrone (2006) contribuem para compreender que, a “[...] rigor, o poder legislativo é um órgão da sociedade política, pois ele elabora as leis que irão assegurar legalmente a ordem política estabelecida”. O Parlamento, no entanto, “[...] deve traduzir oficialmente a opinião pública que, por sua vez, é elaborada pelos órgãos da sociedade civil, tais como a imprensa escrita e falada”. Dessa forma, o Parlamento é um exemplo da estreita colaboração entre sociedade civil e sociedade política. É na esfera parlamentar que os partidos políticos desempenham suas funções, tomam decisões e agem, via de regra, por meio de grupos de interesses particulares, e não para toda a sociedade, como é o caso das bancadas suprapartidárias.

2 AS BANCADAS SUPRAPARTIDÁRIAS E A DEFESA DE INTERESSES

O surgimento das bancadas suprapartidárias data de um período democrático da história política brasileira, que se estendeu entre 1945 e 1964, especialmente durante o governo de João Goulart. Com o início da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), os diversos e diferentes segmentos organizados foram banidos do cenário político nacional, o que acabou por atingir, também, as organizações congressistas. Pinheiro (2010) destaca que este panorama passa a ganhar novas configurações com a redemocratização do país, sendo que o processo da Constituinte, a partir de 1986, mostrou-se propício para a rearticulação e o retorno desses grupos.

A regulamentação das bancadas ocorreu durante a 52ª Legislatura (2003-2007), a partir do Ato da Mesa Diretora nº 69, de 10 de novembro de 2005, da Câmara dos Deputados, sendo, neste momento, registradas 90 organizações. Apesar de a denominação *Bancada* continuar a ser a mais conhecida, seu nome oficial, a partir dessa data, passou a ser *Frente Parlamentar* (FP). Entre as regras estabelecidas, definiu-se que o reconhecimento das Frentes Parlamentares estaria condicionado a sua publicação no início de cada legislatura e a uma composição de, no mínimo, um terço do Poder Legislativo Federal³, número bem acima da composição usual desses grupos.

Na atual 54ª Legislatura (2012-2015) estão registradas 126 Frentes Parlamentares, sendo, contudo, apontadas pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) (BRASIL, 2010) como as mais representativas as bancadas: Feminina, Evangélica, Empresarial, Sindical, Ruralista, da Saúde, da Educação e da Comunicação. Cabe ressaltar que algumas delas constituem-se como grupos informais⁴ e outras como Frentes Parlamentares, sendo este o caso da Bancada Ruralista, denominada Frente Parlamentar da Agropecuária.

A Bancada Ruralista é um dos grupos mais antigos e organizados do Congresso Nacional, e vem alcançando grande sucesso em sua atuação em prol dos interesses do agronegócio. Seu surgimento

³ Ao todo, o Poder Legislativo Federal é composto de 594 parlamentares, sendo 513 Deputados Federais e 81 Senadores.

⁴ O Ato nº 69 não impede a existência de bancadas informais, como é o caso da Bancada Feminina e da Bancada Evangélica.

é fruto do debate travado nos anos de 1980 pelo patronato rural brasileiro, em uma ofensiva ao *velho* e *atrasado* mundo agrário. A modernização agrícola, com a instituição de novos padrões de produção no campo e a introdução de avanços tecnológicos, em decorrência do casamento entre a agricultura e a indústria, foi a base sobre a qual se edificou este pensamento.

O debate brasileiro sobre tal questão (BARCELOS; BERRIEL, 2009) aponta que este novo discurso estava centrado nos seguintes eixos: 1) instituição de novos códigos de conduta, mas conservando-se, ainda, as velhas e tradicionais posturas clientelistas e oligárquicas do setor; 2) renovação da legitimidade das estruturas de poder dos grandes proprietários e empresários rurais; e, 3) fortalecimento ao direito de propriedade, com o ocultamento da temática da questão agrária brasileira. O discurso predominante buscava construir uma identidade comum a todos os *homens do campo*, como se as questões que permeiam o mundo rural atingissem de forma similar todos os atores sociais que o compõem, ocultando, conseqüentemente, a histórica luta de classes no meio rural brasileiro e a disputa pela terra e por sua concentração.

Na história agrária brasileira, a dominação ruralista ora deu-se por meio do controle político e ideológico dos trabalhadores rurais e órgãos de representação, ora foi consumada através de instrumentos de coação e de cooptação. Na década de 1970, a prevalência da primeira tática foi garantida com uma nova agenda recheada de consensos e interesses comuns, expressos em uma prática sindical assistencialista com forte intervenção estatal, materializada no Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL). Além disso, podia-se perceber o fortalecimento de um “[...] segmento social [...]” que se reproduziu politicamente ao longo dos anos e consolidou um perfil de dirigentes sindicais rurais conservadores que cerceavam a ascensão de novas lideranças e restringiam a mobilidade no interior da estrutura organizativa. Tratava-se, assim, de um verdadeiro processo de transformismo molecular com a cooptação de “[...] personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição [...]” e de trabalhadores rurais, incorporados individualmente “[...] à classe política conservadora” (GRAMSCI, 2002, p. 286).

Observa-se, aqui, “[...] a elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla [...] com a absorção gradual, mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários”. De acordo com Gramsci (2002, p. 63), a direção política, neste contexto, torna-se “[...] função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período frequentemente muito longo”. Ainda nas trilhas de Gramsci (2002, p. 63), pode-se indagar: “De que forma a bancada ruralista consegue estabelecer a sua hegemonia?”. Respondendo a partir das indicações do pensador italiano: “[...] sob formas e com meios que se podem chamar de ‘liberais’, isto é, através da iniciativa individual ‘molecular’, ‘privada’”. É possível perceber, nesse período, a institucionalização de uma dinâmica sindical que, por um lado, apresentava fortes traços de autodefesa e preservação dos cargos dirigentes e, por outro, mostrava um forte apego às normas e rituais institucionais. Favareto (2006) destaca que a tensão instaurada evidenciava um divórcio político que corroía a base do mecanismo de representação institucionalizado: não havia mão dupla entre a organização institucional e as demandas vindas dos movimentos sociais. Assim, os movimentos se atomizavam e não geravam direitos legais com suas conquistas parciais, ao passo que a organização sindical burocratizava-se e perdia vida. A formulação original acabou dando origem a um modelo de sindicato-instituição em detrimento do sindicato-movimento.

Ao contrário da pretensa unidade proclamada pelos dirigentes a serviço da classe dominante, o que se podia vislumbrar era que os grupos encontravam-se em situações bastante distintas em respeito ao acesso ao crédito, à concessão de benefícios, ao uso e ao aperfeiçoamento tecnológico, à aquisição de terras, às condições de mercado e aos processos de produção. Toda esta diversidade tornava cada vez mais premente às elites agrárias do país a necessidade de criar um comando unitário com livre acesso ao aparelho do Estado, especialmente aos núcleos e comissões, à época, e ainda hoje, os grandes responsáveis pela arquitetura das políticas públicas.

Foi no contexto da Assembleia Constituinte que a Bancada Ruralista começou a se constituir como um novo espaço na cena

política do país. Naquele momento, sem que ainda fossem representados por uma Bancada, os segmentos dominantes do campo tinham à sua frente a denominada União Democrática Ruralista (UDR). No âmbito da Constituinte, a UDR tinha como objetivo opor-se à regulamentação dos artigos relacionados à Reforma Agrária e à democratização da terra. Nesses primeiros anos, os ruralistas e a UDR representavam um único grupo, que, apesar de não contar com mais de vinte parlamentares, pouco organizados, possuía um relevante poder de articulação. Neste processo, a UDR acabou apoiando as propostas mais conservadoras e o mandato de cinco anos para o então presidente José Sarney.

“A força dos partidos agrários”, conforme assevera Gramsci (2000b, p. 313), é

[...] um dos fenômenos característicos da época moderna: nos parlamentos ou, pelo menos, numa série deles, os partidos agrários têm uma força relativa que não corresponde a sua função histórica, social, econômica. Isto se deve ao fato de que se manteve no campo um bloco de todos os elementos da produção agrária, bloco muitas vezes dirigido pela parte mais retrógrada desses elementos.

Passado o processo Constitucional, o fortalecimento da UDR exigia a busca de um novo perfil parlamentar, que devia ser militante e defensor da propriedade e da iniciativa privadas. Sua dissolução, em 1993, fez com que a Bancada passasse por uma renovação de suas bases políticas. Entre os aspectos centrais, podemos citar o crescimento do Partido da Frente Liberal (PFL), ao qual pertenciam os congressistas mais organizados dentro da Bancada; a eleição de políticos conservadores para as Presidências da Câmara e do Senado Federal; a vitória da aliança presidencial do PFL com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); e, mais tarde, a derrota eleitoral de políticos tradicionais da Bancada, o que acabou por diminuir sua centralização (BARCELOS, BERRIEL, 2009).

A forma como a Bancada vem se organizando permite uma grande mobilidade dentro e fora do âmbito governamental, possibilitando a criação de alianças no interior do Estado, e com entidades patronais e empresários do setor agrário, evidenciando, assim, que o “Estado é todo o complexo de atividades práticas

e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém o seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” (GRAMSCI, 2000b, p. 331).

A hegemonia, como especifica Gramsci (2000b), refere-se, sobretudo, às práticas políticas e culturais da classe dominante, devendo ser analisada a partir da capacidade que esta possui em garantir sua expansão por meio da relação entre a direção política e a conquista de legitimidade social. São aspectos essenciais da hegemonia a base de classe, expressa na influência que o grupo dirigente exerce sobre o núcleo essencial da atividade econômica; a centralidade da ação dos intelectuais na constituição do sistema ideológico; a necessidade de uma base social formada pela constituição de grupos aliados e a possibilidade de disputas e correlações de forças no seio do sistema hegemônico.

O tradicional setor agrário foi durante muito tempo a classe dominante da sociedade brasileira. As transformações em nosso país ainda na primeira metade do século XX fizeram com que este perdesse sua centralidade na economia brasileira. Além disso, anos mais tarde, foi obrigado a adaptar-se a um processo de revolução tecnológica da agricultura desencadeado pela onda modernizadora que tomou o país a partir da década de 1950. A permanência dentro dos quadros dominantes exigiu do setor rural não somente o apoio incondicional e irrestrito aos novos grupos no poder como também a criação de formas inovadoras de legitimação frente à sociedade, tendo em vista a defesa de seus interesses econômicos e políticos. A formação da UDR e a constituição da Bancada expressam exatamente este movimento dos setores rurais em um período em que os movimentos populares do campo iam ganhando cada vez mais espaço⁵.

⁵ O cerne da organização dos trabalhadores na década de 1980 foi, sem dúvida, a criação, em 1983, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que surgiu com a missão de reforçar o novo sindicalismo. Sua estratégia estava assentada na defesa do trabalhador enquanto um ator coletivo capaz de intervir nas esferas das políticas públicas. Em sua pauta de discussões encontravam-se tanto demandas por direitos trabalhistas quanto por direitos mais gerais para a efetivação e a ampliação da cidadania. Além disso, nessa mesma década, em 1983, agricultores sem-terra do estado do Paraná fundaram o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), e diversos movimentos de mulheres camponesas começaram a constituir-se nos diferentes estados da federação.

O setor ruralista hoje garante sua hegemonia por intermédio da ação parlamentar desenvolvida por seus congressistas, em que a dominação e a exploração parecem ganhar o *status* inquestionável de Lei, e, ainda, pela cooptação dos meios de comunicação, que distorcem toda e qualquer ação de contestação das tradicionais estruturas fundiárias, e da violência armada, amparada na prerrogativa constitucional do direito à propriedade.

No tocante à Bancada, uma de suas estratégias está na representação partilhada. Os congressistas, quando não envolvidos em discussões inerentes ao setor ruralista, acabam representando causas diversas e erguendo diferentes bandeiras. Eles podem representar interesses de outros segmentos, desde que pertencentes, obviamente, à classe dominante. Aqui se traduz uma importante característica da Bancada Ruralista: seu poder de articulação e mobilização na construção de alianças com outras bases e/ou bancadas políticas. Quando seus interesses estão em jogo ou em processo de votação, os componentes da Bancada valem-se da negociação e da troca de favores e benefícios com outros parlamentares, tornando sua dimensão política bem maior que o número total de congressistas. Seu grande trunfo consiste na “[...] habilidade em construir novas alianças, novas relações institucionais e novos códigos de conduta e fidelidade a outras bancadas ou grupos de interesse” (BARCELOS, BERRIEL, 2009, p. 14).

A Bancada revela, através de seu *peçoal treinado*, sua capacidade em construir alianças em torno de programas e projetos, mesmo com “[...] promessas demagógicas [...]” para manter o poder “[...] e dele se serve para esmagar o adversário e desbaratar seus dirigentes [...]” e o faz com uma “[...] rapidez muito maior do que a que se verifica entre as classes subalternas” (GRAMSCI, 2000b, p. 61). Seus membros utilizam-se, igualmente, de estratégias como a ocupação de postos e cargos-chave em Comissões e Ministérios, o que representa uma importante fonte de poder, possibilitando o controle das instâncias responsáveis pelas políticas públicas.

Tradicionalmente, os ruralistas estão envolvidos nas indicações para o Ministério da Agricultura e elegem, a cada ano, o presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câ-

mara dos Deputados. Contudo, é importante esclarecer que o acesso a esses cargos, divididos a partir da representatividade partidária, só é possível pela infiltração dos ruralistas nos partidos políticos.

Ainda dentro da Bancada, também encontram-se casos em que os parlamentares dividem-se na representação de interesses particulares, tendo por fim alcançarem maior eficácia nas diferentes áreas. Barcelos e Berriel (2009, p. 18) trazem como exemplo as divisões instauradas no ano de 2003, quando alguns deputados encarregaram-se de representar os pecuaristas, outros os empresários rurais, e um terceiro grupo os interesses da indústria da biotecnologia. Ainda no mesmo ano, destacou-se um caso bastante emblemático da atuação da Bancada Ruralista, com a instalação pelo Congresso Nacional de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para realizar um diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira. A Comissão ficou conhecida como CPI da Terra.

Passados dois anos do início das investigações, a CPI teve seus trabalhos finalizados em meio a inúmeras polêmicas. O relatório oficial, de autoria do deputado João Alfredo, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) do Ceará, foi rejeitado, sendo aprovado o relatório paralelo apresentado pelo deputado ruralista Abelardo Lupion, do PFL do Paraná. O relatório oficial do deputado caracterizava o MST como um movimento político que, ao mesmo tempo em que atacava o modelo econômico oficial, recebia verbas de financiamentos públicos. O documento, numa clara ofensiva aos trabalhadores do campo, criminalizava os movimentos sociais, solicitando o indiciamento de dois diretores da Associação Nacional de Cooperativas Agrícolas (ANCA) e de um diretor da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (CONCRAB), tendo em vista uma acusação de desvio de dinheiro da União. Além disso, sugeria a aprovação de um Projeto de Lei que transformasse em crime hediondo a invasão de propriedades privadas em caso de depredação do patrimônio ou da manutenção de pessoas em cárcere privado, devendo a prática de invasão ser considerada atividade terrorista. Já o relatório do deputado João Alfredo, que acabou sendo rechaçado, questionava a concentração de terras e tratava do tema da Reforma

Agrária, sugerindo a aprovação de medidas legais para sua efetivação. Além disso, defendia que os integrantes do MST fossem eximidos de culpa por conflitos fundiários e que o presidente da UDR fosse indiciado por responsabilidade sobre a violência no campo (BITTAR, 2006).

Apesar de sua alta organização e eficiência na condução de seus interesses, identificar a composição da Bancada Ruralista não é das tarefas mais fáceis, dada sua composição heterogênea, com grupos e frações partidárias pouco visíveis na arena política. Tentaremos, porém, mapear sua organização na atual legislatura.

3 A BANCADA RURALISTA NA ATUAL LEGISLATURA: PROJETOS E COMPOSIÇÃO

Antes de constituírem-se como bancada formal, registrada como FP, alguns institutos de pesquisa relacionavam os parlamentares ruralistas a todo e a qualquer tipo de empreendimento ligado à agricultura, seja de que natureza fosse. Outros defendiam que ruralistas seriam apenas os deputados com interesses voltados ao agronegócio e às empresas rurais. Como exemplo do primeiro caso, podemos citar o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), e, do segundo, o DIAP.

A constituição da Bancada Ruralista em FP facilitou a identificação dos parlamentares, em decorrência da necessidade de registro no início da Legislatura. A listagem da FP, contudo, não deixa de ter seus pormenores. Para a 54ª Legislatura (2011-2015), enquanto o DIAP indicou a presença de 139 deputados e 18 senadores na Bancada Ruralista, ou seja, um total de 157 parlamentares, a Frente Parlamentar da Agropecuária fez o registro de 221 membros, sendo 208 deputados e 13 senadores. Como já citado acima, a constituição das bancadas em FP exige, formalmente, que estas sejam compostas por, no mínimo, um terço do Poder Legislativo Nacional, o que corresponderia a 198 parlamentares. Para obter este número, as Bancadas negociam com alguns deputados uma adesão apenas nominal. Entendemos, contudo, que tal negociação já estabelece um vínculo para alianças futuras em interesses da Bancada. Doravante, portanto, utilizaremos a listagem registrada pela FPA no início da 54ª Legislatura para caracterizarmos os parlamentares ruralistas.

A Bancada estadual com o maior número de deputados ruralistas é a de Minas Gerais, com um total de 24 parlamentares. As bancadas com a maior proporção de deputados ruralistas, no entanto, são as dos estados de Mato Grosso do Sul e Tocantins, com 87,5 % de suas bancadas estaduais pertencentes à Bancada Ruralista. Já no Senado, o estado com o maior número de senadores ruralistas é Rondônia, cujos três senadores fazem parte da Bancada Ruralista. Apresentamos, a seguir, uma tabela com as bancadas estaduais e o percentual de deputados ruralistas por estado.

Parlamentares Ruralistas por Região				
	Câmara de Deputados		Senado Federal	
	Bancada Regional	Bancada Ruralista	Bancada Regional	Bancada Ruralista
Acre	8	4	3	-
Alagoas	9	5	3	1
Amapá	8	1	3	-
Amazonas	8	1	3	-
Bahia	39	16	3	-
Ceará	22	5	3	-
Distrito Federal	8	2	3	1
Espírito Santo	10	3	3	-
Goiás	17	9	3	-
Maranhão	18	8	3	-
Mato Grosso	8	6	3	2
Mato Grosso do Sul	8	7	3	1
Minas Gerais	53	24	3	-
Pará	17	8	3	-
Paraíba	12	8	3	-
Paraná	30	21	3	-
Pernambuco	25	10	3	-
Piauí	10	4	3	-
Rio de Janeiro	46	4	3	-
Rio Grande do Norte	8	4	3	-
Rio Grande do Sul	31	16	3	1

Parlamentares Ruralistas por Região				
	Câmara de Deputados		Senado Federal	
	Bancada Regional	Bancada Ruralista	Bancada Regional	Bancada Ruralista
Rondônia	8	5	3	3
Roraima	8	3	3	-
Santa Catarina	16	11	3	1
São Paulo	70	13	3	-
Sergipe	8	3	3	1
Tocantins	8	7	3	2

Tabela 1 – Parlamentares Ruralistas por Estado.

Fonte: Criada com informações das páginas web da Câmara de Deputados, Senado Federal e FPA.

Efetando esta mesma divisão por regiões, torna-se mais fácil identificar como os ruralistas estão agrupados. Apesar de a Região Nordeste contar com o maior número de deputados, a Região Centro-Oeste é a que possui a maior Bancada Ruralista proporcionalmente ao número total de parlamentares.

Parlamentares Ruralistas por Região				
	Câmara de Deputados		Senado Federal	
	Bancada Regional	Bancada Ruralista	Bancada Regional	Bancada Ruralista
Norte	65	29	21	5
Nordeste	151	63	27	2
Centro-Oeste	41	24	12	4
Sudeste	179	44	12	-
Sul	77	48	9	2

Tabela 2 – Parlamentares Ruralistas por Região.

Fonte: Criada com informações das páginas web da Câmara de Deputados, Senado Federal e FPA.

A maior concentração de senadores ruralistas na Região Norte deve-se unicamente aos estados de Rondônia e Tocantins. Já a Região Nordeste está em primeiro lugar no número de deputados. Dos 208 deputados ruralistas, 63 são da Região Nordeste, e, destes, 16 são da Bahia, estado nordestino com a maior concentração

de ruralistas. É a Paraíba, no entanto, com seus 66,7%, o estado com a maior proporção de ruralistas em relação à Bancada.

A região Sudeste não possui nenhum senador pertencente à Bancada Ruralista, sendo que, proporcionalmente, tem o menor número de deputados ruralistas, 24,6%. Já a região Sul, com 62,3%, é a que possui o maior número proporcional de deputados na Bancada Ruralista. Referentemente aos partidos políticos, podemos perceber uma concentração ainda maior.

Parlamentares Ruralistas por Partido				
	Câmara de Deputados		Senado Federal	
	Bancada Partido	Bancada Ruralista	Bancada Partido	Bancada Ruralista
PT	85	14	14	-
PMDB	78	46	18	3
Bloco PSB, PTB, PCdoB	62	22	13	1
PSDB	51	25	9	-
PSD	47	1	2	-
Bloco PR, PT do B, PRP, PHS, PTC	43	19	7	2
PP	39	25	5	3
PDT	27	9	4	1
DEM	27	26	5	2
Bloco PV, PPS	41	5	1	-
PSC	17	11	1	1
PRB	10	2	1	-
PSOL	3	-	1	-
PMN	2	2	0	-
PRTB	1	1	0	-

Tabela 3 – Parlamentares Ruralistas por Partido.

Fonte: Criada com informações das páginas web da Câmara de Deputados, Senado Federal e FPA.

Apesar de o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) possuir o maior número de deputados ruralistas, com um total de 46, é o Democratas (DEM) que, proporcionalmente, concentra a maior bancada, com 96,3%, uma vez que dos 27 deputados que

compõem a Bancada Partidária, 26 estão inseridos na Bancada Ruralista. Em segundo lugar, está o Partido Progressista (PP), com 64,1% de sua Bancada Partidária pertencente à Bancada Ruralista.

Em números gerais, os cinco partidos com o maior número de deputados ruralistas são: PMDB, com 46 deputados; DEM, com 26; PP, com 25; PSDB, com 25; e o bloco composto pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB), com 22. É interessante notar que, se levarmos em conta este mesmo *ranking*, tomando a proporção de ruralistas em relação às bancadas partidárias, os primeiros quatro colocados serão os mesmos, mudando apenas a colocação, a saber: o DEM possui 96,3% de sua Bancada Partidária na Bancada Ruralista; o PP 64,1%, o PMDB 59,5%; o PSDB 49%; e o bloco composto pelo Partido da República (PR), Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB), Partido Republicano Progressista (PRP), Partido Humanista da Solidariedade (PHS) e Partido Trabalhista Cristão (PTC) 44,2%. Cabe ressaltar que somente o PSOL não possui nenhum de seus representante na Câmara na Bancada Ruralista; dentre os demais, todos têm, pelo menos, um parlamentar inserido na Bancada.

No Senado, o cenário é um pouco distinto. O PMDB continua sendo o partido com o maior número de representantes, 3 senadores, que representam, contudo, uma porcentagem bem menor em relação à Bancada Partidária, 16,7%. Ao seu lado, o PP também conta com 3 senadores ruralistas, mas tendo uma proporção bem maior, com 60 % da Bancada do partido no Senado, bem próxima à existente na Câmara de Deputados. Diferentemente da Câmara, muitos partidos não possuem nenhum senador inserido na Bancada Ruralista, como PSDB, PSOL, PMN, PRTB, Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Social Democrático (PSD), Partido Republicano Brasileiro (PRB), e o bloco formado pelo Partido Verde (PV) e pelo Partido Popular Socialista (PPS).

Apesar de o PMDB ter o maior número de deputados na Bancada Ruralista, ele não representa, necessariamente, a liderança dos ruralistas. Barcelos e Berriel (2009) destacam que o DEM e o PSDB ainda são os partidos condutores da Bancada. Além disso, é importante ressaltar que a dinâmica da bancada é adaptada pelos interesses específicos do grupo representado e não pela ideologia do partido.

Outra importante informação diz respeito a como a Bancada está inserida nas Comissões Permanentes da Câmara e do Senado, o que representa, como já citado, uma de suas estratégias principais para lograr sucesso nas articulações estabelecidas dentro do espaço governamental. Atualmente, das 20 Comissões Permanentes da Câmara, 11⁶ são presididas por deputados da Bancada Ruralista. Já no Senado, das 11 Comissões Permanentes, 3⁷ são presididas por Ruralistas.

Por fim, apresentamos as prioridades de trabalho da Bancada nesta 54^a Legislatura, conforme apresentadas na página da *web* da Frente Parlamentar Ruralista:

- Renegociação das dívidas dos produtores rurais;
- Aprovação do relatório do Deputado Aldo Rebelo – Código Florestal;
- Monitoramento da demarcação de terras indígenas e quilombolas;
- Atribuição ao Congresso da definição dos índices de produtividade;
- Garantia de que as desapropriações somente acontecerão mediante a existência de recursos garantidos no Orçamento;
- Regulamentação da aquisição de terras por estrangeiros e em faixa de fronteira;
- Regulamentação dos transportes terrestre e fluvial;
- Melhoria da logística do setor rural;
- Criação de regras referentes ao trabalho rural e ao trabalho escravo;

⁶ A saber: Lira Maia (DEM/PA): Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR); Bruno Araujo (PSDB/PE): Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI); João Maia (PR/RN): Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC); Manuel Junior (PMDB/PB): Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU); Fátima Bezerra (PT/RN): Comissão de Educação e Cultura (CEC); Giovani Cherini (PDT/RS): Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS); Luiz Fernando Faria (PP/MG): Comissão de Minas e Energia (CME); Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO): Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN); Mendonça Prado (DEM/SE): Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO); Silvio Costa (PTB/PE): Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP); e, Jonas Donizette (PSB/SP): Comissão de Turismo e Desporto (CTD).

⁷ A saber: Jayme Campos (DEM/MT): Comissão de Assuntos Sociais (CAS); Benedito de Lira (PP/AL): Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR); e, Acir Gurgacz (PDT – RO): Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

- Fortalecimento da Lei de Proteção de Cultivares para as culturas de propagação vegetativa;
- Garantia do recebimento de *royalties*, combatendo a pirataria e com o uso de sementes próprias;
- Aprovação do GURT para a tecnologia de plantas biorreatoras e espécies florestais;
- Revisão da legislação sobre agrotóxicos;
- Atribuição ao Congresso Nacional da prerrogativa de definir regras e critérios para o registro de produtos no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, entre outros;
- Melhoria dos instrumentos de crédito e financiamento;
- Garantia de recursos para o Orçamento tendo em vista a política de sustentação de preços;
- Fortalecimento do programa de subvenção ao seguro social e implantação do Fundo de Catástrofe;
- Interação na elaboração do Plano Plurianual e na fiscalização da execução orçamentária (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente, e Ministério da Ciência e Tecnologia).

Estas bandeiras levantadas pela Bancada são publicamente conhecidas e criticadas por vários de seus opositores, como o MST, que se posiciona em relação a elas em vários artigos presentes em sua página na *web*. Por outro lado, não há na página da FPA nenhuma referência à participação de sua *base de apoio* na construção e delimitação destas bandeiras.

A Bancada atua como um partido nos moldes americanos estruturada em torno de “[...] agregados de interesses personalistas e corporativos [...]” que se fortalecem mediante a atuação de *lobbies* e de figuras mediáticas (COUTINHO, 2006, p. 50), com um grande declínio do conteúdo ideológico dos programas partidários. Os partidos, enquanto articuladores de vontades coletivas transformadoras de uma concepção universalista de sociedade e portadores de hegemonia, têm, cada vez mais, perdido sua função na atualidade, seja no Brasil seja em outros países. Afastando-se de

sua relação com as massas, transformam-se num conjunto de identidades particulares, como a Bancada Ruralista, cujos integrantes, de diferentes partidos, agem de forma pragmática, não representando ninguém, exceto eles mesmos.

4 PARA CONCLUIR: A HEGEMONIA DA PEQUENA POLÍTICA

As formas de organização e as estratégias de ação utilizadas pelo grupo apresentado acima são um bom exemplo do que Gramsci (2000b) classifica como o campo da *pequena política*, ou política do dia a dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas. A *pequena política* está relacionada às questões parciais desenvolvidas no interior de uma estrutura já consolidada, com contendidas que envolvem, normalmente, representantes de uma mesma classe, o que esgota a perspectiva de mudanças radicais. A transformação da *pequena política* em *grande política*, como possibilidade para mudanças estruturais no Estado, pressupõe a criação de “novas relações de força e, por isso, não pode deixar de se ocupar com o ‘dever ser’, não entendido evidentemente em sentido moralista” (GRAMSCI, 2000b, p. 35).

Para Gramsci, a política, em um sentido amplo, identifica-se, pois, com liberdade e universalidade, com uma práxis que deve superar a imediaticidade e os interesses no campo meramente corporativo. Neste caso, ele considera a política como sinônimo de *catarse* – a passagem do momento meramente econômico para o momento ético-político, ou seja, “[...] a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens” (GRAMSCI, 2000a, p. 314-315). Para o pensador, o cenário imprescindível ao desenvolvimento desta passagem é o Estado; mas não qualquer Estado e sim o Estado-ético, o qual, ao absorver a esfera coercitiva da sociedade política, instaura o *autogoverno*, ou seja, “[...] a superação da divisão entre governantes e governados” (COUTINHO, 2003, p.74).

O que se pode observar hoje na atuação da Bancada Ruralista é a prevalência de um projeto que privilegia os setores mais capitalizados da sociedade e utiliza o Estado como meio de cooptação, ou seja, do transformismo e do exercício da *pequena política*. A utilização dos *aparelhos de Estado* fortalece o poder das classes dominantes de fazer e refazer suas alianças, o que acaba por debilitar

os frágeis elos políticos existentes entre as classes subalternas, acirrando a dificuldade de inscrever suas demandas, mesmo por meio de seus institutos coletivos, como o MST.

Contudo, a divisão entre dirigentes e dirigidos não é considerada imutável na organização das sociedades. Conforme afirma Gramsci, as lutas e organizações políticas podem desencadear importantes mudanças nas correlações de força, visto que os movimentos sociais, ao lado das classes subalternas, têm um grande potencial para edificar novas alianças, tendo em vista a ampliação e a disseminação de novos projetos que representem a vontade dos dominados.

Nessa empreitada de pensar e construir novos espaços de poder para as classes subalternas, o conceito de sociedade civil torna-se de grande valia, pois nos permite pensar a sociedade civil como arena contraditória e permeada por diferentes projetos de classes, abrindo espaço, ao mesmo tempo, à ideia de superação da antiga ordem e agregação de novos sujeitos à luta, evidenciando a importância da negociação e da articulação política. É também no âmbito da sociedade civil que se elaboram e se fortalecem novas visões de mundo, novos valores morais, novas identidades e ideologias, que acabam por fortalecer e unificar coletividades antes dispersas.

Elaborar um projeto radicalmente democrático hoje significa, na linguagem de Gramsci (2000b), construir alianças com as instituições da sociedade civil que expressam as demandas das classes subalternas, com vistas a superar a esfera dos interesses “econômico-corporativos” e elevá-los ao nível “ético-político”, ou seja, da grande política calcada na “afirmação de valores e interesses universais”. E isso depende, evidentemente, de uma “concreta análise da correlação de forças presente em cada momento”, para que se definam as potencialidades da disputa de hegemonia, também relacionada à efetiva construção democrática, implicando a superação entre “dirigentes” e “dirigidos”, entre “governantes” e “governados”.

O cenário atual e suas contradições com o aumento da ofensiva do capital sobre os trabalhadores e, ao mesmo tempo, o fortalecimento de uma política com vistas à manutenção da ordem, ou da *pequena política* em detrimento da *grande política*,

permite-nos pensar que, apesar da realidade adversa em que vivemos hoje, é imperioso continuar apostando nas organizações partidárias e sindicais e nos movimentos sociais como sujeitos políticos capazes de agregar vontades coletivas na defesa de projetos alternativos ao projeto dos dominantes, fortemente centrado nas instituições e na cultura brasileira.

5 REFERÊNCIAS

ACANDA, J. L. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

BARCELOS, E. Á. da S.; BERRIEL, M. C. Práticas institucionais e grupos de interesse: a geograficidade da Bancada Ruralista e as estratégias hegemônicas no parlamento brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Barcelos_EAS.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2012.

BITTAR, P. **Especial luta pela terra**: CPMI da Terra. Brasília: Câmara de Deputados, 2006. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/radiocamara/default.asp?selecao=MAT&Materia=36730>>. Acesso em: 3 fev. 2012.

BRASIL. Câmara de Deputados. [200-]. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/>>. Acesso em: 27 jan. 2012.

BRASIL. Senado Federal. [200-]. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 27 jan. 2012.

CAMPIONE, D. Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 51-66.

COUTINHO, C. N. O conceito de política nos Cadernos do cárcere. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COUTINHO, C. N. **Intervenções**. São Paulo: Cortez, 2006.

COUTINHO, C. N. Representação de interesses, formulação de políticas e hegemonia. TEIXEIRA, S. F. (Org.). **Reforma sanitária**

ria: em busca de uma teoria. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1989.

BRASIL. Departamento Intersindical de Assessoria parlamentar. **Bancada ruralista aumenta com o reforço de novos parlamentares.** Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/eleicoes-2010/bancadas-suprapartidarias/ruralista>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.21, n.62, out. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092006000300002&script=sci_arttext&tlng=em>. Acesso em: 2 set. 2010.

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA (Brasil). **Composição.** [200-]. Disponível em: <<http://www.fpagropecuaria.com.br/>>. Acesso em: 27 jan. 2012.

GRAMSCI, A . **Cadernos do cárcere.** Trad. de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a. v. 1.

GRAMSCI, A . **Cadernos do cárcere.** Trad. de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b. v. 3.

GRAMSCI, A . **Cadernos do cárcere.** Trad. de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 4.

GRAMSCI, A . **Cadernos do cárcere.** Trad. de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

LIGUORI, G. **Roteiros para Gramsci.** Rio De Janeiro: Ed. da UFRJ, 2007.

MAGRONE E. Gramsci e a educação: a renovação de uma agenda esquecida. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 26, n. 70, p. 353-372, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br/>>. Acesso em: 15 maio 2012.

PINHEIRO, M. B. **Os dilemas da inclusão de minorias no Parlamento brasileiro:** a atuação das frentes parlamentares e banca-

das temáticas no Congresso Nacional. 2010. 198 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Belo Horizonte, 2010.

PORTELLI, H. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SIMIONATTO, I. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Revista Katalisys**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2009.